

1 **1ª Ata da Reunião Ordinária do CMS**– Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro de dois
2 mil e vinte três, às dezoito horas e quinze minutos, na sala de reuniões, situada à Rua:
3 Balduino Taques, 445, Centro, presentes os Conselheiros Titulares: Renata Moraes, Robson
4 Xavier da Silva, Inês Chuy Lopes, Regina Rosa Pedrozo Rosa, José dos Passos Neto,
5 Vanessa Cristina Pacheco Bueno, Lusinete do Rocio Anjos Dorigon, Cleverson Deocleciano
6 de Toledo, João Luiz dos Santos, Isabela Sens Fadel Gobbo, Adriane do Rocio Lopes e
7 José Timóteo Vasconcellos Sobrinho. Conselheiros Suplentes: Simone Monçalves, Tatiana
8 Emmanuele Martins Gadens Ferreira, Rosangela Rigoni e Juliana de Jesus Maciel. A
9 Presidente Adriane do Rocio Lopes abre à reunião às 18 horas e 15 minutos saudando
10 todos os presentes. Faz a leitura da Pauta. **1. Leitura e Aprovação das atas: 20ª Ata da**
11 **Reunião Ordinária de 2022. 2. Relatos Gerais das Comissões. 3. Informes Gerais. 4.**
12 **Ordem do Dia: 4.1. Apresentação da Programação Anual de Saúde 2023. 4.2. Indicação**
13 **para o cadastro Digsus. 4.3. Apresentação e votação do parecer da comissão**
14 **referente à matéria CAC. 1. Leitura e Aprovação da ata: 20ª Ata da Reunião Ordinária.**
15 A Presidente Adriane do Rocio Lopes abre para regime de votação a aprovação da 20ª ata
16 da Reunião Ordinária. Ficando com 1 (uma) abstenção e 12 (doze) votos favoráveis. **2.**
17 **Relatos Gerais das Comissões.** A palavra começa com a conselheira Isabela Sens Fadel
18 Gobbo, que primeiramente cumprimenta todos os presentes, e inicia sua fala dizendo que no
19 dia anterior à Reunião Ordinária, houve uma reunião da Comissão de Orçamentos,
20 Programas e Projetos, expõe que a ideia seria de haver uma continuidade ao debate sobre o
21 Centro de Atendimento à Criança (CAC), informa que há uma solicitação que o conselho se
22 manifeste à respeito da continuidade do serviço da criação do sistema de atendimento,
23 informa brevemente os conselheiros(as) que participaram da reunião, sendo esses(as):
24 Renata Moraes, Rosangela Rigoni, Isabela Sens Fadel Gobbo, Inês, Adriane do Rocio
25 Lopes, Vanessa Cristina Pacheco Bueno, Gizelle Aparecida Cheremeta, e como convidados
26 participaram, os seguintes: Alexandra Luise Lopes, Sarah Geciellen Cabral, Francielly de
27 Souza Campos, Roseneia de Fatima Roque. Explica que esta reunião se iniciou com ela,
28 fazendo algumas considerações a respeito do documento que foi recebido da Fundação
29 Municipal de Saúde (FMS), retirando várias das dúvidas que havia desde o ano passado,
30 destaca que faltaram ser realizada uma visita ao Centro de Atendimento à Criança e a UBS
31 Sady Silveira, ressalta que como naquele momento estavam no fim do ano, não houve
32 tempo hábil para reunir um número considerável de conselheiros, por isso tais visitas não
33 ocorreram, trazendo esta pauta para ser resolvida nesta reunião. Informa que existem duas
34 resoluções referentes ao CAC, uma referente ao dia 17 (dezessete) de maio, logo após o
35 início das obras, que solicitava a interrupção dessas obras, e a outra referente ao mês de
36 junho ao qual foi dado um prazo para as atividades serem retornadas da UBS aonde era
37 sediada, e estabelecer um local adequado ao CAC. Expõe alguns problemas como à falta da
38 obrigatoriedade de um pediatra na unidade CAC, e uma redução de cerca 60% dos serviços
39 prestados na UBS Sady Silveira, após a troca de prédios. Afirma que algumas dessas
40 considerações foram algumas reforçadas pelos conselheiros e conselheiras, ressalta que o
41 conselho não foi avisado previamente destas circunstâncias, deixa nítido que nenhuma fala
42 foi contra abertura de um Centro de Atendimento à Criança para casos menos complexos,
43 diz que foram poucos os casos os quais não foram resolvidos dentro do CAC, destaca que
44 houveram várias causas que resultaram nessa demanda reprimida por conta da diferença de
45 atendimento no Hospital da Criança e do fechamento do Hospital Amadeu Puppi, e outros
46 problemas relacionados a Atenção Primária, que naquele momento não haviam sido
47 resolvidos, mas estão sendo melhorados com o tempo, ressalta que são favoráveis ao
48 serviço mas há o receio do atendimento continuar sendo realizado onde está sendo feito.
49 Relembra o problema que a UBS Sady Silveira voltará às atividades no local ao lado,
50 apenas no mês de abril, quase após um (1) ano o CAC ser instalado aonde ela funcionava.
51 A Presidente Adriane do Rocio Lopes também faz seu relato, esse referente à Comissão
52 Organizadora da Conferência informando todos de que ela, Regina Rosa Pedrozo Rosa e
53 Sueli Terezinha Mensen, diz que estiveram na Fundação e conversaram sobre algumas
54 pendências para a realização da Conferência, relata brevemente que conversaram sobre a
55 alimentação, informa que a UEPG franquiará para a realização de 50% do valor do almoço,

56 havendo a dificuldade porque a Fundação não consegue disponibilizar recurso financeiro do
57 setor público para o setor público, e a outra com relação ao Coffee Break, ao qual não houve
58 avanços, e também com relação aos brindes e as camisetas, informa que foi levado um
59 exemplar da cartilha, e que havia um projeto para a confecção de outra cartilha, porém o
60 contrato não conseguiu avançar, e foi dado início nesse processo, relacionados a toda essa
61 parte, diz que em relação às cartilhas tudo havia dado certo, porém a empresa desistiu e
62 não foi possível avançar, mas foram disponibilizadas 300 (trezentos) exemplares de uma
63 cartilha pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), as quais já foram entregues, e
64 também foi recebido o banner da Conferência pela Fundação. Ela realiza a leitura do relato
65 da Reunião da Comissão de Organização da Conferência, do dia 25 (vinte e cinco) de
66 janeiro de 2023 (dois mil e vinte e três). “A reunião iniciou às 18 horas (dezoito), e contou
67 com a participação de: Débora Lee, Vanessa, Regina, Adriane e Liz (atenção primária-
68 FMS)”. Adriane iniciou a reunião dando boas vindas à conselheira Vanessa que representa o
69 Conselho Regional de Psicologia. Na sequência, a Presidente do CMS fez um breve relato
70 dos trabalhos realizados até a presente data sobre a conferência à Vanessa, visando
71 socializar todo o passo a passo para organizar a realização da conferência Municipal de
72 Saúde. A conselheira Débora Lee comenta que está percebendo uma falta de
73 comprometimento e desabafa que isso tem gerado preocupação em relação à importância
74 que está sendo dada a realização da conferência. A conselheira Regina comentou que
75 participou de uma reunião nas dependências da FMS, juntamente com a presidente Juliane
76 e, falou sobre a demonstração de parceria por parte da FMS em dar resolutividade em
77 alguns embaraços que estão ocorrendo em algumas demandas. A presidente do CMS, falou
78 que alguns embaraços foram resolvidos, mas que ainda persistem algumas dificuldades.
79 Uma delas era com relação às cartilhas que serão disponibilizadas para os participantes da
80 conferência Municipal de Saúde. Havia sido acertado que essa demanda seria executada
81 por um contrato vigente, no entanto, passado uns meses, a referida empresa desistiu. Foi
82 tentada a possibilidade de confeccionar essas cartilhas pela Manarin, no entanto a FMS
83 informou que não seria possível. Essa dificuldade foi vencida através de uma doação das
84 cartilhas por parte da Universidade Federal do Paraná, que doou 300 (trezentos) exemplares
85 para serem distribuídos entre os participantes da conferência Municipal de Saúde.
86 Presidente comenta também sobre a problemática que envolve a questão da alimentação e
87 Coffee break que serão servidos durante a realização da conferência. Ela comenta que na
88 reunião com a presidente da FMS, ficou acertado com dispensa de licitação. Outra demanda
89 a ser definida, é sobre os brindes que serão disponibilizados na Conferência, pois ela explica
90 que estamos na dependência da aprovação de uma lei que o executivo enviará a Câmara
91 Municipal de Ponta Grossa, onde essa demanda se enquadra para que possamos vencer
92 essa demanda. A presidente pede a colaboração das presentes para acompanhá-la a uma
93 visita ao presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa para abordar e reforçar sobre a
94 importância desta votação da lei. A servidora Liz comenta que questão impedimento da
95 realização de Coffee break ganhou força no ano de 2022 enfatiza que a FMS está
96 trabalhando para que isto seja resolvido. A Conselheira Vanessa fez algumas sugestões
97 para resolver o problema gerado pela divulgação vulnerável, ela sugere a criação de um
98 perfil no Instagram do Conselho Municipal de Saúde. Ela versa que podemos alimentar esse
99 perfil com muitas informações sobre a conferência e também sobre o CMS, com fotos,
100 reportagens e informações sobre a saúde pública no município. A consistirá Regina
101 complementa e sugere a realização de lives informativas. Enfim, para que a partir de agora a
102 divulgação da conferência será feita através das redes e mídias sociais. A conselheira
103 Vanessa questiona se é possível a realização da conferência no formato virtual. A
104 conselheira Débora Lee, responde ao questionamento, explicando que devemos seguir o rito
105 do regimento já aprovado no pleno do Conselho. Na sequência a presidente comunica que
106 fará abordagem sobre a possibilidade da criação do perfil na próxima reunião ordinária do
107 Conselho, onde solicitará de liberação dos pares sobre isso. A presidente Adriane, traz a
108 sugestão de retribuir à doação recebida da Universidade Federal do Paraná, com o convite
109 ao reitor Ricardo Marcelo Fonseca, para ministrar a palestra na Conferência. Ela solicitou a
110 manifestação das presentes na reunião, onde todas concordaram. Presidente comenta que



111 fará contato por telefone e se houver o aceite do convite, será formalizado a ministração da
112 palestra pelo reitor da Universidade Federal do Paraná, através de ofício. A reunião se
113 encerrou às 19 horas (dezenove)”. Após a leitura a Presidente retorna as questões
114 levantadas nessa reunião, como a criação de um perfil nas redes sociais, no Instagram e
115 Facebook, para serem alimentados e poder ser feita a divulgação nos últimos dias que
116 antecedem a realização da Conferência, complementa que deverá ser discutido e debatido
117 para saber se os conselheiros concordam com essa proposta, e informa que fez o convite ao
118 Reitor Ricardo, que infelizmente nesse período ele estará de férias em uma viagem
119 internacional, que impossibilitará sua presença na Conferência, também comunica que
120 conversou com o pessoal do Ministério dos Direito Humanos, no dia anterior a reunião, e
121 que eles ficaram de lhe enviar uma resposta. A Presidente Adriane do Rocio Lopes retorna
122 ao assunto da criação de perfis em redes sociais para o Conselho, informando que estas
123 redes sociais serem alimentadas com informações inerentes da Conferência, acreditando
124 que será permanente, para que possa ser alimentado com informações dando cumplicidade
125 aos trabalhos do Conselho. A Presidente Adriane do Rocio Lopes abre para regime de
126 votação a proposta de criação de redes sociais para o Conselho. Ficando com 1(uma)
127 abstenção e 12 (doze) aprovações votos favoráveis. **3. Informes Gerais.** A Presidente
128 Adriane do Rocio Lopes abre a palavra para os conselheiros para suas manifestações. O
129 conselheiro José dos Passos Neto, informa que no dia 10 (dez) de janeiro de 2023 (dois mil
130 e vinte e três), houve uma reunião para Avaliação do Plano Cooperativo Assistencial, na sala
131 de reuniões do Hospital Bom Jesus, onde foram avaliadas as questões quantitativas e
132 qualitativas do atendimento hospitalar, relacionado aos meses de outubro e novembro de
133 2022 (dois mil e vinte e dois), informa que foram cumpridas as metas e a pontuação, informa
134 que algo comentado na reunião que pode gerar uma avaliação diferenciada, com menos
135 pontos, é a questão do financiamento, já que o Hospital Bom Jesus não havia recebido o
136 mês de setembro, que era o mês em que o iniciavam-se às atividades do Hospital,
137 retornando para o atendimento pela Secretária Estadual de Saúde com convênio, contrato e
138 assim por diante, afirma que isso não justifica à falta de atendimento, mas também complica
139 esse mesmo atendimento. Informa que o Diretor-Técnico do Hospital não estava presente,
140 explicando que é importante a presença dele nessas reuniões para o entendimento do que
141 está acontecendo e que está sendo cobrado, diz que de maneira geral foi aprovado e
142 aguarda o pagamento. O Conselheiro Robson corrige o Conselheiro José dos Passos Neto,
143 informando que nunca houve atraso nos pagamentos relacionados à produção do HBJ. A
144 Secretária de Estado mantém em dias os pagamentos das produções, inclusive antecipou
145 nos meses de novembro e dezembro os pagamentos de janeiro e fevereiro. A palavra passa
146 para a Conselheira Vanessa Cristina Pacheco Bueno, que primeiramente se apresenta aos
147 outros membros do Conselho, e faz uma solicitação aos presentes, que pela dificuldade de
148 mobilidade, solicita a possibilidade das Reuniões Ordinárias ocorrerem de forma híbrida,
149 afirmando que seria muito mais fácil e prático. O conselheiro Robson Xavier da Silva segue
150 com a palavra, fala sobre o Ambulatório Médico de Especialidade, que é uma política da
151 Secretária de Estado de Saúde, onde foram aprovados primeiros 12 (doze) ou 13 (treze)
152 ambulatórios em todo o estado do Paraná, pela gestão de consórcios, mas informa que aqui
153 nos Campos Gerais será a gestão do Hospital Universitário. Informa que onde existia o
154 antigo Hospital Amadeu Puppi, foi feito um termo de parceria com o Estado, Município,
155 UEPG e o Hospital Regional, para a adequação de reformas estruturais no prédio, com a
156 finalidade dos ambulatórios do Hospital Regional e outras áreas administrativas, para que o
157 Hospital Municipal possa estar adequado para se transferir esses ambulatórios e estruturas
158 administrativas, para que possa se aumentar o número de leitos, inclusive ampliando à
159 assistência obstétrica. Diz que futuramente, é possível transferir em totalidade a
160 maternidade da Santa Casa para o Hospital Regional. A Presidente Adriane faz a leitura de
161 alguns referentes às justificativas das faltas da reunião da Comissão e à reunião Ordinária.
162 O conselheiro Robson Xavier da Silva faz uma breve explicação sobre um ofício enviado ao
163 conselho sobre o COAPS. **4. Ordem do dia. 4.1. Apresentação do Programa Anual de**
164 **Saúde 2023.** A palavra segue com a representante da F.M.S. Alexandra, que apresenta
165 sobre a Programação Anual de Saúde de 2023, explica que a Programação é

166 regulamentada por duas leis, a lei Complementar nº141/2012 (cento e quarenta e um/dois
167 mil e doze), e a Portaria de Consolidação nº01 (um) de 2017 (dois mil e dezessete) do
168 Ministério de Saúde, informa que é obrigatório a todos os municípios. Informa que a
169 Programação de 2023 (dois mil e vinte e três) foi aprovada dentro do plano de 2022 (dois mil
170 e vinte e dois) a 2025 (dois mil e vinte e cinco). Expõe que a de Programação Anual de 2023
171 (dois mil e vinte e três), conta com 12 (doze) diretrizes e 167 (cento e sessenta e sete)
172 metas. Diz que a previsão da anotação orçamentária de 2023 (dois mil e vinte e três),
173 aprovada no anterior na Câmara é de R\$244.000.000 (duzentos e quarenta e quatro
174 milhões), informando que esse é apenas o valor inicial. Ela começa a abordar sobre a
175 alteração de duas metas (e informa que já foram mandadas junto com a programação), a
176 meta nº01 (um), relacionada às gestantes, ela pede ao Conselho a adequação dessa meta
177 para como o Ministério da Saúde solicita, e a outra, à nº87 (oitenta e sete), que é uma meta
178 relacionada à saúde mental, ela deseja incluir a seguinte citação na meta: “com os usuários
179 de saúde mental na Atenção Primária”, justificando que a outra meta igual sem a alteração,
180 que é a meta nº73 (setenta e três). A Presidente Adriane do Rocio Lopes, abriu para
181 questionamentos dos conselheiros, sobre o que estava sendo relatado. A conselheira
182 Isabela Sens Fadel Gobbo faz um questionamento. Ela questiona sobre uma meta sobre a
183 situação do Centro de Atendimento à Criança. A representante da F.M.S. Alexandra
184 responde que é meta de nº67 (sessenta e sete). Outro questionamento também foi sobre o
185 horário ampliado de atendimento. Sendo respondida que essa é a meta nº128 (cento e vinte
186 e oito). A Conselheira Isabela Sens Fadel Gobbo, pergunta sobre as reformas das UBS, se o
187 orçamento virá de fora. Foi respondida por Alexandra que diz os orçamentos estão
188 misturados, diz que alguns recursos são do Estado, do Município, da emenda impositiva de
189 vereador, informando que a da UBS Sady Silveira utiliza recurso próprio. A Presidente
190 Adriane pede uma explicação sucinta com relação aos orçamentos para a Alexandra, para
191 as conselheiras: Lusinete do Rocio Anjos Dorigon, Vanessa Cristina Pacheco Bueno,
192 Tatiana Emmanuele Martins Gadens Ferreira, se situarem melhor em relação ao assunto.

193 **4.2. Indicação para o cadastro Digsus.** A representante da F.M.S. Alexandra começa com
194 a palavra, e explica sobre o Digsus, e informa que no Ministério da Saúde há a obrigação de
195 se fazer todos os instrumentos de gestão, e se deve colocar as informações no sistema do
196 Ministério, que se chama Digsus, porém, esse ela diz que esse sistema não funciona bem,
197 então explica que deve-se fazer de modo remoto encaminhe ao Conselho e depois incluir os
198 dados quando estiver liberado. Ela diz que é necessário um representante do conselho para
199 entrar no sistema fazer a aprovação, pedindo uma indicação. Ficando como representante
200 do conselho a Presidente Adriane do Rocio Lopes. **4.3. Apresentação e votação do**
201 **parecer da comissão referente à matéria CAC.** A Presidente Adriane do Rocio Lopes
202 questiona à conselheira Isabela, de como ficaram com relação a está demanda. A palavra
203 segue com a Conselheira Isabela que diz que o que pode ser feito é não tomar uma decisão
204 no momento, pela necessidade de se realizar visitas ao CAC e à UBS Sady Silveira. Ela
205 destaca que é importante ressaltar que existem vários acordos informais que foram
206 relatados na reunião pelos conselheiros, sobre como o Estado está vendo essa situação de
207 troca da finalidade da UBS, continua dizendo que gostaria se algumas dessas
208 possibilidades, como por exemplo, a possibilidade de um investimento do Estado para
209 abertura de uma porta de pronto-atendimento e local para à criança, e que tudo que é
210 informal seja oficializado, já que não há a possibilidade de se tomar decisões com base em
211 acordos não oficiais. Informa que com relação ao parecer, caso seja tomada uma decisão
212 nessa reunião, é sobre aquilo que ela já manifestou. Seguindo as decisões de maio e junho,
213 contrários ao serviço realizado à instalação do Centro de Atendimento e a UBS Sady
214 Silveira, sendo favoráveis ao serviço e que o mesmo seja regulamentado, deixando explícito
215 no parecer do Estado, que o município não irá arcar com alguma responsabilização, por ter
216 sido feita essa situação, da troca da unidade de prédio. A Conselheira Gizelle Aparecida
217 Cheremeta, fala “É assim gente, esse CAC, era para ser o Centro temporário de
218 Atendimento, isso está gravado. Temporariamente mesmo que ele se mantenha em serviço,
219 pois o Estado. Enfim o CAC hoje é uma realidade, a necessidade de serviços é real, nos
220 precisamos do atendimento 24 horas, aquele serviço não possui pediatra, ele está locado



221 sem CNES, e não tem o reconhecimento do Ministério da Saúde. Então falando sério, não
222 tem registro, ele não é enquadrado em lugar nenhum. Terceira coisa, eu acho que é
223 importante, aquela unidade Sady Silveira, ela foi construída com recursos do Estado do
224 Paraná, e não pode mudar de finalidade, e foi mudada para Centro de Atendimento Infantil,
225 quando muda essa finalidade o Município rompeu com o recurso do Estado. Hoje existe
226 entre o Município com Estado uma conversa, de que se o CAC continuar precisando de
227 dinheiro, mas não tem nada para pegar com o Estado. E esse Conselho responde em
228 conjunto com as decisões do Município, então o que Isabela falou, é o que realmente a
229 Comissão decidiu ontem. Primeiro eu acho que nós deveríamos partir da primeira proposta
230 que estava no plano, de ficar aqui agora e mostrar, em 2023 (dois mil e vinte e três) como
231 meta: a abertura do Centro de Atendimento 24 horas Infantil, mas um centro de atendimento
232 com recursos, todos os recursos infantis, e não só para atender enfermidades de febre,
233 como é o caso do CAC. E então para atender efetivamente crianças. A gente colocou isso
234 no PPA, está no PAS. E então o Município que faça e cumpra o PAS. Se o Estado for
235 parceiro nisso, muito bom, ótimo, só que se entenda, esse Centro de Atendimento 24 horas,
236 esse centro de atendimento tem que ficar de portas abertas no Município de Ponta Grossa,
237 sem passar por toda aquela situação, de ter que esperar para poder ser atendido, por todo
238 aquele critério. Se não, o estado vem, daí fica a critério do Estado, como é que vai ser
239 atendido novamente, o Município de Ponta Grossa, não fica com atendimento médico.
240 Então, eu acho que é isso, Isabel. A Comissão não se sente segura, e o meu voto já foi
241 dado, que dessa maneira que está sendo feito eu não aceito não (uma conselheira lembra
242 que essa devolução vai ser feita corrigida). Corrigida, era seiscentos e alguma coisa, a gente
243 não sabe em que valor pode chegar. Se a Secretária de Estado muda, por admissão, sei lá,
244 a Secretária a Direção do Estado, um novo diretor como aconteceu aqui, em Ponta Grossa,
245 pode mudar de ideia também. E aí, o Município, se compromete com mais um valor que nós
246 não temos nem como investir na Atenção Primária. Isso é perigoso gente”. A Presidente
247 Adriane do Rocio Lopes passa a palavra ao Conselheiro Robson Xavier da Silva. O
248 Conselheiro diz “A gente tem que entender algumas coisas aqui inicialmente. Eu não vou
249 discutir, não é meu papel, não é minha responsabilidade discutir nesse momento, o modelo
250 de organização dos serviços com o Município de Ponta Grossa, principalmente com o que
251 diz respeito à Atenção Primária que é competência do Município. Esse é o primeiro ponto.
252 Segundo ponto, a gente tem que optar para diferenciar o que são tratativas entre as
253 instituições, conversas informais e ver possibilidades, do que se iniciar acordos informais.
254 Acordos informais pode-se traduzir que negociações estão sendo pautadas sem publicidade,
255 então temos que tomar cuidado porque essas instituições, elas tem liberdade para discutir
256 na praça, até porque nós contrariaríamos o Artigo 37 (trinta e sete), da Constituição Federal,
257 que trata das questões relacionadas à legalidade e a publicidade, eu acho que já passou por
258 esse conselho, fartos documentos de qual é o posicionamento do Estado, pra mim já é
259 desconhecer o mundo. Porque o Município ele fez lá traz, uma solicitação, uma adesão na
260 nova admissão para receber recurso pra poder usar em determinada finalidade. Num
261 determinado momento, que eu acho até que foi legítimo, dada aquela sazonalidade, onde o
262 Município enfrentava, aliás o Brasil, enfrentava uma pandemia e um momento sazonal de
263 baixas temperaturas, e um número gigante de crianças em todo o Brasil sendo acometidas
264 com os mais variados vírus respiratórios, e demandantes, o Município tomou essa decisão,
265 não era a questão. E aí vem a questão da legalidade que eu me refiro, servidores públicos
266 investidos na sua função, comprometidos com suas as responsabilidades para não
267 cometerem nenhuma impunidade olharem para o cerce, e falarem: não, espera aí, eu
268 assinei como fiscal, e aí dizia que era alguma coisa, eu vou responder. Esse foi o
269 posicionamento daquele momento, do servidor público da Regional, e aí eles votaram no
270 acesso, e eu não vou impedir nunca de se coloquem no próximo processo que se não tem
271 gente, você vai por unidade. E aí nos encaminhamos diversos documentos, tramitarão tanto
272 da Regional pro Município, do Município pra Regional, e passando aqui pelo Conselho, e
273 tem documentos com vocês no processo, e aí submetemos ao jurídico da Secretária do
274 Estado, existe um posicionamento e lá nesse jurídico diz o seguinte: não há improbidade
275 desde que o Conselho Municipal de Saúde e o Município, permitam uma devolução

276 concordando com a destinação, alteração, daquela unidade básica de saúde. Se houver, se
277 tiver, uma resolução desse Conselho dizendo: este Conselho manifestasse ao favorável à
278 alteração da instituição da unidade. Quem vai dizer se aprova ou não é o Secretário de
279 Estado da Saúde, é ele quem ai dar a garantia para vocês, ele pode virar e falar o seguinte:
280 Não, eu não quero. Eu não aceito. O jurídico falou alguma coisa, e ele implantou o
281 moderador de despesa. O Secretário de Estado também, porque não sou eu que assino, ele
282 pode dizer concordo com o que foi feito e encerra esse processo. E esse processo está
283 cumprido lá na Regional, aguardando quanto à deliberação do Conselho para eu submeter
284 ao Secretário do Estado, porque é ele quem vai dizer, ele é o coordenador do Distrito, e a
285 partir do momento que ele disser. Ele vai dar uma redação, a minha redação vai ser essa:
286 Considerando que o Conselho Municipal de Saúde, e a Secretária Municipal, no data do dia
287 tal, emitida a resolução nº tal, pactua a operação modelo esse secretário favorável. Assinou,
288 encaminha para o Jurídico e fechou. Então não é mais responsabilidade nem do Município,
289 nem do Secretário de Estado, isso está na mão da Assessoria Jurídica da Secretária de
290 Estado. Isso não traz responsabilidade a nenhum de vocês, eu entendo a preocupação de
291 vocês, elas estão corretas, das inseguranças com o conselho Municipal. E traz para mim,
292 como Diretor da Regional, e dos servidores que trabalham comigo, que não responderam
293 por impunidade, por terem prevaricado, por terem visto algo e não terem feito nada, e
294 encerra esse processo.” Logo ao fim da fala do conselheiro, a conselheira Gizelle Aparecida
295 Cheremeta, se manifesta brevemente, ela diz “ Eu não vi documentação nenhuma, acho que
296 esse pleno não viu documentação nenhuma, não chegou essa pasta de documentação para
297 nós, esse assunto já foi desgastado aqui, dentro desse Conselho, e continua com 3 (três)
298 pontos. Essa questão, mais a questão dos médicos da equipe que não existe dentro daquele
299 espaço, e mais a questão da emergência, que o serviço hoje não tem o reconhecimento, não
300 tem CNES, esse serviço hoje não pode nem se enquadrar nem como atendimento primário,
301 nem como atendimento emergência-emergência, nem como atendimento secundário, então
302 ele não desigual a isso, palavras ditas e gravadas ontem, pela Secretária Municipal de
303 Saúde. E a terceira coisa, porque nós temos no PPA, a criação de um Centro de
304 Atendimento Infantil 24 horas, e não de um Centro de Atendimento Paliativo, como é o caso
305 do CAC. O CAC foi instalado em um momento emergencial, porque não existiam médicos
306 nas unidades de saúde, as crianças estavam migrando para dentro das UPAS, por causa de
307 febre, ou coisas de classificação de azul, e verde. Então criou-se o CAC, o que nós temos
308 de criação no PAS e no PPA é uma coisa, e o CAC é outra coisa, então o que que a
309 Comissão pede. É que adequem o serviço, façam um serviço adequado ao que está no
310 PAS, o Estado nos manda essa vasta documentação, nós analisamos e queremos que o
311 serviço continue, só que de uma maneira correta, só isso. Entendo tudo o que você fala,
312 quando diz: Ah não, Tratativas e acordos estão se encaminhando. Para mim, quando se diz
313 encaminhando, a gente não chegou ao destino. Então eu quero segurança de ter chego ao
314 destino. Esse é o meu posicionamento.” Após isso a Presidente Adriane do Rocio Lopes
315 questiona se há mais alguém que queira se manifestar. A palavra então vai para a
316 Conselheira Isabela, diz que o parecer que estão exigindo de nós não é sobre a
317 continuidade de serviço no CAC, mas sobre o que já foi feito que é a troca de finalidade.
318 Afirma que já emitiram o parecer dizendo que eram contrários ao fechamento da UBS e a
319 instalação e troca de finalidade nesse período. Diz que se futuramente esse local servirá
320 para um centro de atendimento 24 horas, o Município terá que se adequar, diante de um
321 prazo do Conselho. Para o Conselho decidir se aceitará a troca de finalidade. A palavra volta
322 para a Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta, diz “ Que adequado dentro dos
323 parâmetros. Só que adequado. Aquele serviço, nós estamos autorizando, porque a gente
324 está autorizando o Estado, mudar o serviço, entendeu? . Parte do Estado eu entendo.
325 Porque o Estado dizendo é bom para Ponta Grossa, vamos deixar funcionar, e não vamos
326 penalizar só que é um serviço que na teoria, na documentação, ele nem existe. E ele
327 funciona de maneira errada, um Centro de Atendimento à Criança que não tem pediatria.
328 Manter o serviço de Atendimento Infantil aberto está até no plano, ninguém quer que feche o
329 serviço. Então essa pauta que a Isabela apresentou é ótima. A gente estipular um prazo, e
330 um prazo taxativo, para o Município adequar todo atendimento. Um local bem adequado

331 para atender 24 horas, e não só dor de cabeça e dor de barriga, atendimento 24 horas,
332 como nós tínhamos conversado já. Só que nós queremos isso como? No papel. Porque nós
333 já fizemos vários acordos com a Fundação, vários acordos com o Município, e infelizmente
334 gente, me lembrem de um cumprido, por que eu não estou me recordando. Então fica difícil
335 para o Conselho. Aí eu não vejo problema”. A palavra retorna à Presidente Adriane do Rocio
336 Lopes, que informa que o prazo para o final da Comissão será no dia 7 (sete) de fevereiro.
337 Logo após comentários sobre um possível parecer para o estado com relação ao retorno da
338 finalidade da UBS. O Conselheiro Robson Xavier da Silva retorna a falar “Está aberto o
339 processo, acho que é importante dizer o seguinte. No plano diretor da Regional de Saúde,
340 eu me manifesto favorável, com o que foi feito. Só que existiu um plano que o Município tem
341 feito, quero que fique registrada, essa minha fala, tem feito todos os esforços para ampliar e
342 qualificar os seus serviços, é um processo, não acontece da noite para o dia, então nesse
343 sentido existe uma questão de mérito, tem mérito que foi feito, só que existe uma questão
344 processual, legal, que nós temos que resolver, se tem CNES se não tem, se tem pediatria se
345 não tem, o Município já tem dado amostras suficientes de que tem evoluído, então vamos
346 resolver à questão do mérito, e aí eu repito aquilo que eu disse, que precisa ser submetido
347 ao Secretário de Estado, porque os fiscais deram um parecer, isso tem que ser submetido a
348 eles, e depois a questão dos serviços, a qualificação dos serviços é uma outra discussão.” A
349 Presidente Adriane do rocio Lopes, questiona quais foram os pareceres dos fiscais. E o
350 Conselheiro responde “O parecer dos fiscais é perguntando se havia amparo para a
351 prontificação, e aí o obviamente, eu submeti, nós submetemos a Assessoria Jurídica.
352 Normal, entende? Deu uma segurada, não podemos ter um parecer jurídico a respeito do
353 processo. A conselheira Gizelle fala “Me desculpe, mas essa fala do Robson, eu até entendo
354 o que o Robson falou, e tudo mais, e entendo a questão de Estado, e do prédio da
355 construção, isso eu entendendo. Agora eu quero que você entenda o seguinte, nós não
356 temos como discutir as duas coisas desatreladas gente, nós não podemos dizer assim: Não,
357 tá bom então, esse Conselho aprova aqui, que seja mudada a finalidade da UBS, né que
358 seja mudada lá como Centro de Atendimento Infantil, e fecharmos os olhos, e que há um
359 prazo, um documento, tem não sei o quê, e vamos ficar nessa esperando até quando para
360 esse ajuste. Eu tenho crianças indo lá serem atendidas, eu estou falando a realidade, tem
361 crianças que estão indo lá ser atendidas, no Centro de Atendimento para Criança, onde eu
362 não tenho médico especialista referenciado lá dentro para fazer o suporte. E isso é sério,
363 isso é grave, e você sabe disso”. O conselheiro Robson Xavier da Silva fala “ 2% dos
364 atendimentos necessitaram de um encaminhamento, há uma garantia de que isso, em uma
365 Unidade Básica de Saúde, de qualquer serviço houve necessidade de uma avaliação de
366 maior complexidade, acionara o SAMU, o SAMU vai lá pega a criança ou o adulto em
367 qualquer ponto de serviço, e leva para os serviços de maior complexidade. Isso... 2%
368 (dois).” A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta diz “Não, me desculpe Robson, mas
369 você diz 2% hoje, você não tem como me dar à garantia de que não vá para 10 (dez) ou
370 20% (vinte), e mesmo que nãoaumente, 2% (dois) ainda são vidas, Robson. A Presidente
371 Adriane do Rocio Lopes propõe que seja feita uma Reunião Extraordinária, de forma virtual,
372 no dia 7 (sete), para que se volte a discutir o assunto, devido a sua importância. A
373 Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta responde “Só que assim Adriane, a gente vai
374 tentar fazer visitas, e até lá a gente já vai estar novamente reunido, e formado outro relatório
375 da Comissão e vamos fazer uma reavaliação. Eu vou pedir para o Robson encaminhar
376 esses documentos então para nós, que até aqui não chegou, para nós darmos uma olhada,
377 e eu gostaria Presidente, eu gostaria que isso se conste em ata, que se comunicasse ou se
378 pedisse o parecer do TCU, aliás do Tribunal de Contas. Entendeu? Por que no final de
379 todas as contas, vai acabar nas mãos do Tribunal de Contas. Então, vamos consultar o
380 Tribunal de Contas, à esse respeito.” A Presidente Adriane do Rocio Lopes, diz que essa
381 consulta vai ser feita, e toda a documentação que temos será anexada, e que todas as
382 dúvidas serão sanadas. Por fim, a Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta diz “Que se
383 mande um ofício para o Município e Ponta Grossa, perguntando quanto tempo hábil eles
384 precisam para adequar esses serviços do Centro de Atendimento Infantil, adequar.” A
385 Presidente Adriane do Rocio Lopes encerra a reunião às vinte horas e vinte minutos.